

A GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS, 2019-2022, CORONELISMO E NEOLIBERALISMO

Recebido em: 11/10/2023

Aceito em: 13/12/2023

DOI: 10.25110/educere.v23i4.2023-006

João Roque das Chagas Filho¹
Viviane Rosa da Silva²
Túlio Fernando Mendanha de Oliveira³

RESUMO: Neste trabalho buscamos uma tentativa de desvelar as características dos grupos que exercem a hegemonia no campo de poder goiano, bem como a construção dos habitus políticos destes grupos como forma de perpetuação no poder, da manutenção do status quo e as implicações deste modo de fazer política na atual gestão da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC). Tentamos também reconhecer como os desdobramentos da política neoliberal se coloca nesse modo de operar político. Para levantamento de algumas informações que utilizamos aqui com relação a temática apresentada, acessamos matérias publicadas em sites oficiais do Governo de Goiás, assim como nas outras mídias, sites e jornais. Como aporte teórico-metodológico, nos fundamentamos em estudiosos como Pierre Bourdieu, Pierre Dardot, Christian Laval e Michael Apple, no sentido de que estes autores se dedicam em analisar como as relações de poder se colocam dentro da sociedade neoliberal. Para uma melhor compreensão do cenário atual faremos um breve apanhado histórico com o intuito de conhecer a estruturação política, econômica e cultural do Estado de Goiás. Desta forma o presente trabalho está organizado em três momentos. O primeiro é um breve relato de como se constitui a relação de poder no Estado historicamente, assim como seus desdobramentos nas políticas públicas e na educação. No segundo, abordamos a atual gestão frente a Seduc e a implementação do “Novo Ensino Médio” no Estado de Goiás, e por fim, apresentamos reflexões a respeito da postura política da atual gestão da Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

PALAVRA-CHAVE: Políticas Educacionais; Goiás; Coronelismo; Neoliberalismo.

EDUCATION MANAGEMENT IN THE STATE OF GOIÁS, 2019- 2022, CLIENTELISM AND NEOLIBERALISM

Abstract: In this paper, we endeavor to unveil the characteristics of the groups that wield hegemony in the realm of Goiás' political power, as well as the construction of the political habitus of these groups as a means of perpetuating their authority, maintaining the status quo, and the implications of this political modus operandi in the current management of the State of Goiás Department of Education (SEDUC). We also seek to

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Inhumas. Professor efetivo da Rede Estadual de Educação de Goiás.

E-mail: joaoroque171@hotmail.com

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Inhumas. Bolsista com Financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: vivainers@hotmail.com

³ Doutor em Antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG).

E-mail: tuliofmendanha@hotmail.com

acknowledge how the ramifications of neoliberal politics interplay within this mode of political operation. To gather relevant information pertaining to the presented theme, we accessed articles published on official websites of the Government of Goiás, as well as various media outlets, websites, and newspapers. As a theoretical and methodological framework, we draw upon the works of scholars such as Pierre Bourdieu, Pierre Dardot, Christian Laval, and Michael Apple, as these authors have dedicated themselves to analyzing how power relations manifest within a neoliberal society. To better comprehend the current landscape, we will provide a brief historical overview with the aim of understanding the political, economic, and cultural structure of the State of Goiás. Consequently, this present work is structured in three sections. The first section offers a concise account of the historical development of power relations within the state, including their repercussions on public policies and education. In the second section, we delve into the current management of SEDUC and the implementation of the "New High School" in the State of Goiás. Lastly, we present reflections on the political stance of the current management of the State of Goiás Department of Education.

KEYWORDS: Education Policies; Goiás; Clientelism; Neoliberalism.

LA GESTIÓN DE LA EDUCACIÓN EN EL ESTADO DE GOIÁS, 2019-2022: CLIENTELISMO Y NEOLIBERALISMO

RESUMEN: En este trabajo, buscamos desvelar las características de los grupos que ejercen la hegemonía en el campo de poder de Goiás, así como la construcción de los habitus políticos de estos grupos como una forma de perpetuar su poder, mantener el status quo y las implicaciones de este modo de hacer política en la gestión actual de la Secretaría de Educación del Estado de Goiás (SEDUC). También intentamos reconocer cómo se inserta la política neoliberal en este modo de operación política. Para recopilar información relacionada con el tema presentado, accedimos a artículos publicados en sitios web oficiales del Gobierno de Goiás, en medios de comunicación, sitios web y periódicos. Como marco teórico-metodológico, nos basamos en estudiosos como Pierre Bourdieu, Pierre Dardot, Christian Laval y Michael Apple, en el sentido de que estos autores se dedican a analizar cómo se manifiestan las relaciones de poder en la sociedad neoliberal. Para una mejor comprensión del escenario actual, haremos un breve resumen histórico con el objetivo de conocer la estructura política, económica y cultural del Estado de Goiás. De esta manera, este trabajo se organiza en tres momentos. El primero es un breve relato sobre cómo se ha constituido históricamente la relación de poder en el Estado, así como sus repercusiones en las políticas públicas y la educación. En el segundo, abordamos la gestión actual de SEDUC y la implementación del "Nuevo Bachillerato" en el Estado de Goiás, y finalmente, presentamos reflexiones sobre la postura política de la gestión actual de la Secretaría de Educación del Estado de Goiás.

PALABRAS CLAVE: Políticas educativas; Goiás; Coronelismo; Neoliberalismo.

1. INTRODUÇÃO

“Vocês fizeram a república que não serviu para nada. Aqui agora, como antes, continuam mandando os Caiado” (GOMES, 2013, p. 31). Essa é a mensagem encontrada no telegrama enviado de Goiás por Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso, bisavô do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ao filho Joaquim Inácio

que estava no Rio de Janeiro e participou do Golpe Republicano de 1989, também conhecido como Proclamação da República no Brasil. Felicíssimo foi Presidente da Província de Goiás, cargo que ocupou no ano de 1887, por dois meses, e nos anos de 1888 e 1889.

Essa mensagem foi enviada há mais de um século, mas bem se encaixaria no tempo presente. Ronaldo Ramos Caiado venceu as eleições de 2018 em primeiro turno para governar o Estado de Goiás, eleito com 1.773.185 votos, o que representou 59,73% dos eleitores votantes, como aponta o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO, 2018). Sendo reeleito governador em 2022 com 51,68% dos votos válidos (TRE-GO, 2022), ainda no primeiro turno das eleições. Ronaldo Caiado é representante de uma família tradicional que tem protagonismo no campo político do Estado de Goiás há mais de um século, com estreita relação com o poder e as decisões no Estado.

Ronaldo Caiado começou sua caminhada política no período de redemocratização do país pós-ditadura militar. Esse período foi marcado por disputas no campo político, uma vez que a nova Constituição estava no horizonte, e o debate sobre a necessidade de uma reforma agrária, voltava à agenda política. Em 1984, surgiu formalmente o movimento unificado pela reforma agrária chamado Movimento dos Sem Terra (MST) apoiado principalmente por partidos de esquerda e por setores da sociedade que pressionava o governo a realizar a reforma agrária. Reagindo a esses movimentos, em 1985, os produtores rurais de linha conservadora fundaram a União Democrática Ruralista (UDR) uma organização de cunho ruralista que se dedica a questões ligadas ao setor agropecuário e à representação dos interesses rurais, com objetivo central declarado de lutar pela preservação do direito à propriedade privada e assim a manutenção dos grandes latifúndios.

O atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado, foi um dos fundadores da UDR e presidiu a entidade entre os anos de 1986 e 1989, logo ganhou destaque pelo seu poder de articulação e pelo discurso autoritário e impositivo. Sua liderança na UDR lhe proporcionou um tipo de plataforma para promover suas ideias e políticas, especialmente aquelas relacionadas à defesa dos interesses do setor rural e conservador, o que o deixou em evidência no cenário político brasileiro.

Em um contexto mais amplo, durante a Assembleia Constituinte, Caiado adotou a postura de defesa do voto classista em detrimento do voto partidário. Essa abordagem visava atrair apoio das forças sociais mais conservadoras, unindo-as em torno de sua visão política e de seu projeto. Sua estratégia demonstrou proficiência na construção de

alianças políticas e na busca de adesão para suas propostas. Desde então, Ronaldo Caiado continuou a ser uma figura influente na política brasileira, especialmente em Goiás, resultando em sua eleição como governador do estado, em 2018. Sua trajetória política se caracteriza por sua determinação e habilidade em mobilizar grupos conservadores em prol de sua agenda política e ideológica.

Ronaldo Caiado chegou a se candidatar à presidência da República em 1989, apesar de não ter alcançado êxito seguiu sua carreira política sempre pautado na defesa dos interesses dos grandes latifundiários e da elite agrícola do país. Antes de chegar ao Palácio das Esmeraldas foi eleito deputado federal em cinco ocasiões (1990, 1998, 2002, 2006, 2010) e também se elegeu para senador nas eleições de 2014. Em sua atuação no Senado se notabilizou por ser um dos principais opositores da esquerda brasileira, tecendo críticas aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Foi também um dos principais articuladores do golpe jurídico parlamentar sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, que acarretou no impedimento da continuação do segundo mandato da primeira mulher a ocupar a cadeira presidencial no país. Enquanto senador, Caiado contribuiu para a retirada da presidenta Dilma do poder, votando favorável ao prosseguimento do processo de impedimento e ao cumprimento da pena que envolvia a retirada da presidenta do cargo no qual foi eleita para ocupar democraticamente (NEIRA, 2018).

No período em que Ronaldo Caiado esteve no Senado ocorreram importantes mudanças também no sistema educacional. Michel Temer que assumiu a presidência da República após a conclusão do processo de impedimento de Dilma Rousseff, em um dos seus primeiros atos como presidente, sancionou a Lei n. 13.415/2017 de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017) que ficou conhecida como a reforma do ensino médio. A Lei nº 13.415, teve forte impacto e implicações na educação brasileira. Teoricamente a legislação introduziu uma série de mudanças destinadas a modernizar o sistema educacional e torná-lo mais relevante para os estudantes. Essa medida, em tese, teria sido projetada para tornar o ensino médio mais atrativo, alinhando-o com as necessidades e objetivos individuais dos estudantes e uma de suas principais alterações foi a flexibilização curricular, que permitiria que os alunos escolhessem parte do currículo de acordo com seus interesses e aspirações

O então senador Ronaldo Caiado em pronunciamento no Senado Federal no dia 05/04/2017 se mostrou favorável a reforma e a qualificou como

[...] a maior revolução no ensino do País. Nós daremos uma oportunidade aos jovens de se interessarem agora em fazer o ensino médio, podendo optar, sim, por um curso profissional e tendo a opção também, amanhã, de fazer a sua carreira profissional. (BRASIL, 2017)

Coube ao entusiasmado senador, líder da bancada ruralista no Congresso Nacional e defensor do agronegócio, e agora governador de Goiás, a implementação da reforma do ensino médio no Estado no ano letivo de 2022, portanto, cinco anos depois de sua aprovação. Para comandar a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc), e conseqüentemente a implementação do que foi chamado de “Novo Ensino Médio”, nomeou Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira, que anteriormente havia sido secretária de Educação do Estado de Rondônia no segundo mandato do ex-governador Confúcio Aires Moura, hoje senador. Enquanto secretária de Educação de Rondônia, se notabilizou por em sua gestão melhorar a nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do estado, subindo da 11ª posição para a 6ª posição.

Em entrevista ao portal na Prática (2023) Gavioli atribuiu a melhoria da nota de Rondônia no IDEB “devido a chegada do terceiro setor. Instituições como o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Lemann Itaú Social e parceiras com prefeituras foram essenciais, além da ação tecnológica” A atual secretária, consultora da Fundação Lemann, tem estreita relação com grupos empresariais, que com a reforma do ensino médio avança sobre o campo educacional. Em sua apresentação no site a Fundação Lemann se diz uma instituição de filantropia familiar originada em 2002, segundo a organização ela direciona seus esforços para dois pilares estratégicos: Educação e Formação de Lideranças, pois considera esses pilares fundamentais para capacitar a população e promover transformações significativas em nossa sociedade (FUNDAÇÃO LEMANN, 2023).

No Estado de Goiás devido as características políticas, econômicas e culturais, esses avanços encontram terreno fértil para proliferação “de uma “nova direita” que procura combinar o *liberalismo econômico*, neoliberal, no sentido de ser uma retomada do liberalismo clássico, do século XIX, com autoritarismo social.” (FREITAS, 2018, p.13)

Diante deste contexto nosso objetivo neste trabalho é investigar a gestão da educação no estado de Goiás, sob o recorte de 2019 a 2022, no qual se tem Fátima Gavioli frente à educação, ocupando o cargo de secretária por indicação do governador Ronaldo Caiado, assim como buscamos compreender como é tecida a configuração de

forças no campo educacional neste período, especialmente as neoliberais, com perspectivas fundamentadas em ideais como meritocracia, individualidade e liberdade.

Por conseguinte, consideramos importante analisar este cenário, no sentido de melhor conhecê-lo para que assim seja possível observar a influência neoliberal dentro do campo educacional. E isso se faz necessário porque o neoliberalismo tem desempenhado um papel significativo na reconfiguração da sociopolítica mundial, e nas políticas educacionais também em todo o mundo. Portanto investigar a gestão de Gavioli nos possibilita melhor avaliar as políticas e ações implementadas por ela e sua equipe, bem como entender como sua liderança interfere no campo educacional em Goiás.

2. CORONELISMO COMO FORMA DE MANUTENÇÃO E PREDOMÍNIO DE PODER NO ESTADO DE GOIÁS

O povoamento do Estado, que em 1682 era governado pela Capitania de São Paulo, se deu pelas entradas das bandeiras em busca de ouro e escravização de indígenas. Com o declínio do ouro a partir de 1780, o território agora chamado de Capitania Geral de Goiás, iniciou o processo de ruralização com o governo português incentivando a agricultura. Anteriormente, como vemos em Passo (2018), em 1727 os Jesuítas iniciaram criação de gado na província dando início, mesmo com baixa produção, à pecuária goiana. Essas duas atividades foram a base da nascente economia goiana, e conseqüentemente a formação da elite econômica do Estado.

Desde então, a elite econômica sempre esteve atuante no campo do poder através da prática do coronelismo. Os coronéis era o posto hierárquico mais alto da Guarda Nacional, essa instituição ligava os proprietários rurais ao governo imperial, fazia parte do cabedal dos coronéis cuidar dos que o cercavam na figura mítica do pai bondoso e severo, mantendo estreita relação entre público-privado e atuando em diversos campos. Esse modelo político econômico se caracterizava pela autoridade dos coronéis, que cobravam caro por esses cuidados, e assim naturalizavam seus domínios.

No período republicano os chamados coronéis não eram todos de origem militar, mas assim eram chamados porque ocupavam posições importantes no campo de poder. Em consonância com Nunes (2012), o coronelismo pode ser compreendido como uma manifestação específica do poder privado, ou seja, uma adaptação peculiar que permitiu a coexistência dos resquícios de um antigo e excessivo poder privado com um sistema político de ampla representatividade. Em suma, o coronelismo é essencialmente um

pacto, um entrelace de interesses entre o poder público em constante fortalecimento e a minguante influência social dos líderes locais, particularmente os proprietários de terras. Nos apoiando na teoria bourdieusiana para análise e compreensão desse processo, entendemos que

O campo de poder (que não deve ser confundido com campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (BOURDIEU, 1996, p. 52)

Essas estruturas, coronelistas, eram mantidas através de heranças e casamentos arranjados entre famílias, que detinham o poder, como forma de preservação da fortuna e do mandonismo, o domínio das famílias aumentava ao passo da somatória dos capitais familiares, econômicos e políticos. Moreira (2000, p.21) elucida que “as estratégias matrimoniais variavam de acordo com as conjunturas dependendo das exigências colocadas nas relações políticas explicitadas no jogo do poder.” Outro fator presente e relevante na manutenção dos coronéis no campo de poder foi o clientelismo, que está baseado nas relações que se fundamentam na troca de favores.

Incluindo empregos públicos e proteção jurídica por parte dos coronéis, que em contrapartida, recebia fidelidade e serviços de seus jagunços e apadrinhados. Os jagunços desempenhavam uma variedade de tarefas destinadas a assegurar a segurança e a preservação do poder dos referidos coronéis latifundiários. Portanto, os jagunços ligados aos proprietários rurais, se colocavam em situação de mercenários subordinados que configuravam uma força instrumentalizada para a consolidação e exercício do domínio político e econômico por parte desses latifundiários. Aos que eram considerados inimigos era dispensado o tratamento com surra ou até mesmo a morte, impondo a coletividade característica submissa e passiva diante do coronel. (DOLES, 2018; TURCHI, 2006).

Em Goiás as práticas coronelistas garantiam a manutenção do poder nas mãos das famílias governamentais, e o Estado governado pelas oligarquias, como os Meneses (1778-1804), os Bulhões (1898-1905), os Caiados (1905-1930) e os Ludovico (1930-1964). O sistema eleitoral era um instrumento de exercício de poder dessas famílias, caracterizado pelo patriarcado cuja as raízes se fixaram ao longo do tempo.

A partir da década de 1930 com o declínio a república velha a modernização começa a chegar até Goiás através do projeto Marcha para o Oeste desenvolvido por Getúlio Vargas no período do Estado novo, tendo na recém criada capital Goiânia o símbolo desse suposto rompimento com o velho e as referências sociais e políticas que caracterizaram o passado do Estado. A modernização pode ser compreendida, na concepção de Moreira (2000, p.26) “[...] como um conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica, social e cultural. Alterando o comportamento e a conduta das camadas sociais, criando novos relacionamentos, formando entre elas, elos de dependência.” O autor explana que esse movimento também foi nomeado de outras formas, como europeização e ocidentalização.

A Modernização implantada em Goiás, como aponta Moreira (2000) foi do tipo conservadora. Regulamentava a força de trabalho, expressava-se através da autoridade, dando origem à sistemas repressivos de mão-de-obra. A estrutura agrária estava mantida, e as práticas se assemelhavam com o modelo coronelista, preservando a característica de superioridade da classe rural detentora de terras. Com evidência dos chefes da política goiana representantes das oligarquias que disputavam o poder em Goiás como José Leopoldo de Bulhões Jardim e Antônio Ramos Caiado, conhecido como Totó Caiado. Estes convergiam na ideia de rechaçar o progresso em Goiás coibindo o processo desenvolvimentista no Estado e se apropriando de setores econômicos, sociais e culturais. Tendo o atraso como estratégia política.

Após a criação da cidade de Goiânia, que foi planejada para se tornar a capital do estado de Goiás e posteriormente a transferência da Capital Federal para Brasília, somado ao êxito rural, as famílias governamentais urbanizam-se. Esse processo foi uma adaptação a uma nova forma de poder. Nessa nova configuração, a partir dos anos de 1950, o movimento estudantil demonstra grande força política e capacidade de mobilização, adquirindo grande visibilidade nas lutas sociais em Goiás (MACIEL, 2018).

Por vezes esses movimentos foram desarticulados pelo caráter de classe conservador do governo e por ações repressivas. O poder simbólico dessas famílias permanece após o período Imperial e a República Velha, perdurando pós redemocratização se articulando como estratégia política. Nas palavras de Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos, como instrumento de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturantes porque são estruturados. Pois,

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) [...], que faz assentar a solidariedade social no facto de participar num sistema simbólico- tem o mérito de designar explicitamente a *função social* (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autentica função política que não se reduz a função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são instrumentos por excelência de integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a ordem social: a interação lógica e a condição de integração moral. podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. (BOURDIEU, 1989, p. 9-10, *grifos* do autor)

Nesta mesma perspectiva, em Goiás vigora um sistema simbólico de patrimonialismo e mandonismo. Moreira (2000) explana que o patrimonialismo é um sistema de dominação que se baseia principalmente na tradição e no exercício de um direito próprio, caracterizado pela limitação constante da livre seleção de um quadro administrativo, pela apropriação pelo dominador de cargos e poderes públicos, pela apropriação de cargos, de meios administrativos materiais e pela repartição de privilégios particulares e individuais.

Essas práticas se estendem e se fazem presente também no campo educacional, influenciando diretamente na gestão e nas políticas educacionais operantes no estado. Grupos se alternam no poder, mas com a mesma mentalidade coronelista de imposição e coação, prescindindo os processos democráticos e o diálogo.

3. PRÁTICA CORONELISTA E MODELO NEOLIBERAL NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS

Nos últimos vinte anos a administração do Estado de Goiás esteve nas mãos do grupo de Marconi Perillo, ex-governador do estado e antigo aliado político de Ronaldo Caiado. Perillo aprofundou as reformas neoliberais na educação goiana, com políticas meritocráticas para professores, a militarização das escolas estaduais, inserção das Organizações Sociais (OS) na educação, que seriam empresas terceirizada assumindo a administração das escolas públicas em Goiás. Esta última gerou reação de estudantes secundaristas, professores e pais que pressionaram através de protestos e atos o então governador e o Ministério Público, assim o movimento ganhou forças e resultou na suspensão da medida de privatização das escolas estaduais.

Nesse período esteve presente em palcos de lutas e resistência contra as políticas que atacam educação pública as velhas práticas coronelistas de coerção através da

repressão e violência, como a agressão física grave sofrida por um estudante universitário da Universidade Federal de Goiás, que foi cometida pelo Capitão da Polícia Militar de Goiás Augusto Sampaio, durante manifestações e greve geral realizadas em Goiânia em 28 de abril de 2017. O capitão foi promovido a major pelo governo Ronaldo Caiado, no ano de 2019 o que causou indignação em grupos ligados aos direitos humanos.

Em janeiro do mesmo ano, Fátima Gavioli assume a Secretaria de Educação, logo após um pleito eleitoral marcado pela polarização no país e também no estado de Goiás. No qual discursos exaltando valores tradicionais e a moralidade encontram aceitação de parcela considerável da população. Por trás da proposta do “novo” apresentado pela nova secretaria para a educação, se escondia velhas práticas de patrimonialismo e patriarcalismo de séculos passados que se conservam e vem se reinventando ao longo dos anos.

Segundo matéria do Jornal da Universidade Federal de Goiás (UFG, 2022) o levantamento realizado pelo Observatório do Estado Social Brasileiro da UFG e do Observatório da Educação constatou que o déficit de professores na Rede Estadual de Ensino de Goiás é de 8.750 profissionais. Somando a isso o número de servidores administrativos o déficit chega a 16.346, que era o número de contratos temporários ativos em 2022. Os contratos temporários de docentes chegaram a 10.012. Esse número é crescente devido as aposentadorias e falecimentos, ainda segundo o relatório entre 2017 e 2022, 4.260 professores se aposentaram, tendo também 233 falecimentos. Diante desses números e sob forte pressão de movimentos sociais o governo estadual através da Seduc lançou edital para concurso público tendo sido publicado no Diário Oficial de Goiás no dia 15/07/2022 destinado a preencher 5.050 vagas, ou seja, menos de 1/3 da demanda.

Na perspectiva de sistemas simbólicos essa prática da contratação temporária nos remete ao clientelismo. Esses profissionais contratados temporariamente dependem da “boa vontade” dos governantes, uma vez que nada garante a continuidade de sua empregabilidade. E esse “favor” é cobrado em forma e apoio político, mesmo que de modo velado. Em um processo de violência simbólica esses profissionais também são coagidos a não se manifestarem contrários aos interesses do grupo que está no poder, perdendo assim o direito democrático de livre manifestação, como por exemplo, paralisações e greves, porque caso o façam podem ter como possível punição a perda de seu emprego, logo de sua renda, do seu meio de sua subsistência e de seus dependentes.

Além da tendencia dos servidores temporários, em tempo de eleições de votarem a favor do governante ou em um candidato apoiado por ele para manutenção dos seus contratos de trabalho, ferindo o direito à democracia. Segundo Silva e Penna (2023, p. 1237).

No âmbito sociológico, a democracia é compreendida como um processo que envolve a escolha de governos por meio de partidos e representantes políticos. Os votos dos cidadãos têm o objetivo de selecionar os sujeitos que tomarão decisões sobre os problemas e suas soluções, como quais questões serão levantadas, engajadas e resolvidas.

No entanto, dentro da forma de política neoliberal se entende como democracia limitada a escolha de governantes, seguindo essa racionalidade, conforme Dardot e Laval (2016, p.99) “o essencial é proteger o governo executivo das interferências caprichosas da população, que é a causa de enfraquecimento e das instabilidades dos regimes democráticos”.

Fátima Gavioli, enquanto representante do Estado a frente da secretaria de educação apresenta atitudes que comungam com esse pensamento neoliberal, como podemos perceber na ocasião em que o professor Júlio Cesar Barroso de Sousa, foi assassinado, por um aluno, dentro da Escola Estadual Céu Azul na cidade de Valparaíso de Goiás. Em entrevista de uma reportagem do Jornal Correio Brasiliense a secretaria ao visitar a Escola, alguns dias depois do ocorrido, disse que o excesso de democracia era um dos motivos de casos como o ocorrido na unidade de ensino (GALVÃO, 2019).

Segundo Apple (2003), todo projeto do neoliberalismo está ligado a um processo maior de exportar a responsabilidade das decisões dos grupos dominantes para o Estado e para os pobres. É importante destacar que quando falamos em Estado aqui é o Estado enquanto a representação da instituição pública. Em consonância com a narrativa neoconservadora e tecnicista da “nova direita” em âmbito nacional, a gestão da educação no estado de Goiás une as práticas conservadoras atuante em Goiás com a racionalidade neoliberal. E a implementação do novo Ensino Médio no estado goiano também tem sido uma dessas práticas.

Alves e Oliveira (2022) ao discutirem a implementação da reforma do ensino médio na rede estadual de Goiás iniciada em 2017, que tem sido apresentada como movimento participativo que atende a demandas de estudante, desvelam que na realidade a proposta nasceu pronta excluindo a prerrogativa básica de escuta respeitosa e diálogo, sendo a cópia da reforma em âmbito nacional alinhada com a perspectiva do

atual governo, em parceria com institutos privados e foco na formação técnica profissional. Em um processo de responsabilização dos indivíduos, característica da racionalidade neoliberal, os docentes que não aderem aos interesses governistas de ranqueamento e resultados são ameaçados com punições. Esse processo tem como finalidade a aceitação por partes dos docentes das condições impostas.

No mês de novembro de 2021, o Governo de Goiás pagou aos professores uma bonificação meritocrática de acordo com a frequência de estudantes no Sistema de Avaliação Educacional de Goiás (Saego) e no Sistema de Avaliação Educacional da Educação Básica (Saeb). Com a baixa frequência dos alunos goianos no primeiro dia de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a secretária ameaçou os professores de cortar parte desse pagamento caso a frequência não aumentasse no segundo dia de provas. Culpabilizando assim os professores pela baixa adesão dos alunos, em um rompante autoritário aos moldes coronelista, a serviço de políticas neoliberais de ranqueamento.

Conhecemos a complexidade de propor análise de uma gestão que está em andamento, não temos a pretensão de esgotar o assunto ou dar vereditos, nossos esforços foram em olhar com atenção para o quadro geral da formação cultural e política do Estado de Goiás, e posteriormente compreender a construção do habitus político do Estado. Que entendemos como

[...] as estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus. Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983. p. 60-61)

O que Bourdieu (1983) esclarece é que o "habitus" refere-se a um conjunto de situações e vivências que o ser humano adquire ao longo de sua vida em função das condições materiais de sua existência e das influências sociais e políticas que ele está exposto. Em termos mais simples, o "habitus" é uma espécie de estrutura mental que molda a maneira como as pessoas vão pensar, agir e perceber o mundo que as rodeiam, ele sofre influência de vários fatores como, por exemplo classe social, cultura e experiências de vida. Essas disposições não são conscientemente escolhidas e

planejadas, mas se internalizam em mulheres e homens ao longo de suas trajetórias de vida, afetando seus comportamentos e suas “escolhas”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que explanamos traçamos paralelo com a Gestão em debate, da educação goiana, estabelecendo análise acerca de atitudes e políticas que caracterizam elementos do coronelismo do Brasil Império como patrimonialismo, clientelismo, mandonismo e patriarcalismo ainda estão em uso no Estado de Goiás após tantos anos, na atual administração de Caiado. Do mesmo modo que compreendemos que a gestão da educação na figura de Fátima Gavioli também faz uso desse *modus operandi* ligado ao atraso, ao habitus político conservador ao mesmo tempo que acolhe os preceitos neoliberais, da “nova direita”, mas que contempla, como já dito aqui, “velhas ideias” liberais.

Compreendemos, portanto que a atual gestão do estado de Goiás, na persona de Gavioli na administração da Seduc, a partir dos recortes feitos nesse artigo, conserva o habitus político secular do Estado. Sua gestão autoritária não é de rompimento com o modelo de gestões anteriores, mas de aprofundamento de políticas neoliberais já bem iniciadas. A promessa do novo ficou apenas no campo do discurso, da narrativa rasa. Pois as práticas objetivas de sua gestão são de conservação do status quo. Enquanto qualquer articulação de movimentos que ameacem essa estrutura, fazendo oposição de alguma forma, sofrem repressão, seja dos jagunços de outrora, ou após a modernização pela Polícia Militar. Os professores sem estabilidade profissional, em um processo de violência simbólica, estão submetidos a aceitação das vontades dos governantes sob a ameaça de punição.

Neste sentido desejamos que este trabalho possa contribuir com o campo da pesquisa científica e com pesquisadores que se interessem em investigar as políticas educacionais no Estado de Goiás e o modelo de gestão conservadora historicamente adotado em nosso estado e que vem se perpetuando também na atualidade. Entre tantas outras questões que conseguimos perceber durante nosso estudo com relação ao contexto educacional público goiano, indicamos a temática da implantação do Novo Ensino Médio em Goiás que é uma política que vale, a quem se interessar, o debruçar sobre ela, sob a perspectiva de como os ideais neoliberais também nela se colocam, assim como suas limitações e implicações dentro da política educacional goiana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábila; OLIVEIRA, Valdirene Alves de. O ‘Novo’ Ensino Médio: embuste de uma reforma participativa em Goiás. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v.16, n. 34, p. 89-109, jan./abr. 2022. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 6 out. 2023.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Revisão técnica de José Eustáquio Romão. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

ARRAIS, Cristiano Alencar. **A história escrita: percursos da historiografia goiana (p.27-62)** / Cristiano Alencar Arrais; Noé Freire Sandes (Org.) – Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R. Pierre Bourdieu: sociologia. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus Editora, 1996.

BRASIL, **Senado Federal. Pronunciamento de Ronaldo Caiado em 05/04/2017**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/430135>. Acesso em: 6 out. 2023.

BRASIL, Presidência da República. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Casa Civil, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 20 jul. 2021.

DA SILVA, Viviane Rosa; PENNA, Mariana Affonso. Ideologia, democracia e educação: Contribuições histórico-filosóficas de Marilena Chauí. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 23, n. 3, p. 1227-1241, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/educere/article/view/10600>. Acesso em: 4 out. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE PAULO, Wesley Garcia. **Militarização do Ensino no Estado de Goiás:** implementação de um modelo de gestão escolar/ orientador Erlando da Silva Rêses – Brasília, 2019.

DOLES, Dalísia Elizabeth. **Aspectos Econômicos e Sociais do Coronelismo em Goiás.** In: Arrais, C.A.; SANDES, M. F. A história escrita: percursos da historiografia goiana Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Quem somos.** Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 09 out. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GALVÃO, Walder. **Após morte de professor, escola no Céu Azul carrega marcas de abandono.** Correio Braziliense, [S.l.], 17 maio 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/05/17/interna_cidadesdof,755475/apos-morte-de-professor-escola-no-ceu-azul-carrega-marcas-de-abandono.shtml. Acesso em: 07 out. 2023.

GOIÁS. **Diário oficial/GO N° 23.838.** Sexta-feira, 15 de julho de 2022 Ano 185. Disponível em: <https://diariooficial.abc.go.gov.br>. Acesso em: 4 jul. 2022.

GOMES, Laurentino. **1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil.** -1 ed. – São Paulo: Globo, 2013.

JORNAL DA UFG. **Rede estadual de ensino de Goiás tem déficit de mais de 10 mil professores.** Publicado em 17 de maio de 2022. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/rede-estadual-de-ensino-de-goias-tem-deficit-de-mais-de-dez-mil-professores>. Acesso em: 09 out. 2023.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** Editora Companhia das Letras, 2012.

MACIEL, David. **A esquerda goiana nos anos 60/70: do nacionalismo à luta contra a ditadura militar.** In: Arrais, C.A.; SANDES, M. F. A história escrita: percursos da historiografia goiana. (p. 287-299). Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

MOREIRA, Cleumar de Oliveira. **História política de Goiás: a dinâmica do desenvolvimento – 1945 a 1964.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/MOREIRA__Cleumar_de_Oliveira._2000.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

NA PRÁTICA. **Trajétoria de Fátima Gavioli.** Disponível em: <https://www.napratica.org.br/trajetoria-fatima-gavioli/>. Acesso em: 09 out. 2023.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 215-223, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/m5NJPS7PQnCCxZZtCsdjsqL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 out. de 2023.

PASSOS, Elder Camargo de. **Goyaz: de arraial a patrimônio mundial**. Goiânia: Kelps, 2018.

TRE, GOIÁS. **Eleições 2018**. Disponível em: <https://www.tre-go.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2018>. Acesso em: 09 out. 2023.

TRE, Goiás. **Retrospectiva das Eleições Gerais 2022**. Goiânia, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/retrospectiva-das-eleicoes-gerais-2022>. Acesso em: 09 out. 2023

TURCHI, Maria Zaira. **Jagunço e jaguncismo: história e mito no sertão brasileiro**. 2006. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/e8b6170e-a502-4ef2-8d3a-df10e235ba52/content>. Acesso em: 6 out. 2023.